



SÍNDROME DE PALMEIRAS

Lívia Maria Moreira de Morais*



Em 1809, Dom João VI planta no Jardim Botânico do Rio de Janeiro o primeiro exemplar da *Roystonea oléifera*. Em termo mais cotidiano, trata-se da palmeira imperial. Embora seja difícil imaginar um príncipe-regente “pondo a mão na massa”, sujando os dedos ao revolver a terra, entende-se que a planta é nobremente significada desde a sua chegada ao Brasil. Sendo a eleita de tão distinto personagem, é como se estivesse um passo à frente das outras. A rigorosamente calculada alameda de palmeiras imperiais alocada no Jardim Botânico chama a atenção dos desavisados e também dos avisados. A verticalidade da planta permite engrandecer edificações e visadas, aproveitando o jogo de perspectiva gerado por uma sequência de modelos iguais.



O que a palmeira, agora sem especificar espécie, sugere representar é o desejo humano de conquistar novos territórios. A mensagem que a esbelteza da planta transmite aparenta ser a de cogitar o céu, alcançar um novo patamar, desafiar escalas. Não é à toa que hoje elas sejam as melhores amigas de empreendimentos imobiliários encabeçados por construtoras magnatas, as verdadeiras detentoras do poder nas mais diversas cidades contemporâneas brasileiras (talvez mundiais?). As inofensivas palmeiras ilustram imagens computadorizadas que, a partir de jogos de luz e texturas, seduzem o olhar: aquelas torres altas, comumente revestidas de vidro espelhado, de repente parecem mais interessantes ao lado de uma sequência imponente de palmeiras. É o capital imobiliário produzindo material para ludibriar pobres mortais inocentes. Tratam-se de imóveis cuja altura aparenta ser diretamente proporcional à renda do público que irá usá-los. As torres funcionam como uma espécie de ilha habitável, na qual a gama de serviços oferecidos — tais como academias, sala de jogos, bar, salão de festas, *home theater* — preenche a “necessidade básica” do morador, que se vê completamente atendido por um mundo interno controlado e criado, alheio às transformações da cidade. Uma minoria segregada a si mesma, disposta a aproveitar com animação a arquitetura-monumento pela qual desembolsou alguns milhões.

Aqueles que aplaudem esse tipo de empreendimento parecem ignorar o fato de que a cidade é vivenciada por pessoas. Quem usa as calçadas não são espécimes engessados, alheios às mudanças do meio por onde passam. Ao contrário, em uma caminhada, é possível sentir o calor emanado pelas superfícies, sensibilizar-se com os sons das proximidades, compreender de onde vêm o vento e os raios solares. Qual a vantagem de se caminhar ao lado de um palito verde? Em uma cidade onde ilhas habitáveis — sempre corroboradas pelas frágeis criaturas verdes — são reproduzidas às cegas, perde-se a sombra, tão fortemente carregada de potencialidades. Embaixo de uma árvore de copa generosa, existe um refúgio, uma possibilidade de encontro, um lugar para se tomar um fôlego antes de retomar o caminho

A Avenida Andradas é um exemplo emblemático em Belo Horizonte. Com o fechamento do ribeirão Arrudas em alguns trechos, cujas obras são iniciadas em 2005, obtém-se novas pistas para carros — os reais beneficiados das cidades que, supostamente, deveriam ser projetadas para as pessoas. Temos, agora, um *Boulevard Arrudas* que, já pelo nome, denuncia ser uma reprodução de um modelo exportado: a larga avenida com um canteiro central é, indubitavelmente, semelhante a uma típica rua de uma cidade rodoviária qualquer. E qual seria a estratégia do paisagismo adotado? Grama e palmeiras, claro, grandes aliadas da monotonia urbana.

A síndrome das palmeiras também parece acometer paisagens inóspitas, aquelas permitidas aos carros — deuses do século — e não às pessoas. Um modelo de cidade que preza viadutos, vias de seis a infinitas faixas, trincheiras, cruzamentos e túneis acaba gerando uma série de resíduos urbanos, porções de terreno resultantes de obras infraestruturais. Esses espaços “terra-de-ninguém” só parecem completos quando, da noite para o dia, surgem plantadas as (surpresa!) famigeradas palmeiras, de pequeno a médio porte. Espalhadas no solo de maneira mais ou menos aleatória, avisam sem dizer: aqui não se brinca mais de pipa, não se joga mais futebol e nem pense em querer construir um barracão nesses meus domínios. Mas esses dizeres são lidos por poucos: por aqueles barracões que vivem nas proximidades e perderam seu lazer mais básico e pelos atentos às investidas higienistas na cidade. Outros, mais distraídos, talvez avistem do outro lado do vidro uma alegria: “como Belo Horizonte tem ficado mais verde!” Verde inexoravelmente contestável.

Se esbelteza e altura contam pontos para empreendimentos imobiliários e para obras de infraestrutura — teria a ditadura da beleza alcançado também a natureza? —, troncos grossos e sisudos como os de um ficus parecem ir à contramão do aceitável. Neste sentido, nada mais justo do que colocar para baixo centenas de exemplares deles na Avenida Afonso Pena, por exemplo, como aconteceu na década de 1960. Ou, algo mais próximo em termos temporais, dizimar os exemplares existentes na Avenida Bernardo



Monteiro. Afinal, o que são árvores agradáveis, centenárias, pontos-de-encontro perto da possibilidade de um estacionamento subterrâneo (ou seria um terminal de ônibus?) cinza, jovem, lugarde-passagem?

Se nos oferecem palmeiras, devemos responder a altura: redes combinam bem com essa paisagem. Talvez balançando em um pedaço de pano entre dois espécimes esbeltos, consigamos visualizar um paraíso, de fato, mais justo, mais humano. Mas cuidado: guardas municipais têm um faro especial para “baderneiros sem causa”. Boas doses de paciência fazem-se necessárias nesta aventura.

Buscar caminhos combativos em meio a atitudes coercitivas. Escolher os meandros, respostas criativas. Se cortam-nos ficus, que piqueniques sejam realizados em canteiros centrais e — por que não? — em meio a pistas de, preferencialmente, largas avenidas. Tiram-nos o ponto de encontro original, mas nunca a vontade de lutar por uma cidade mais amiga, de todxs e para todxs.

*Lívia Maria Moreira de Moraes é graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou bolsas de iniciação científica na própria instituição, pesquisando temas relativos à moradia popular, aos espaços livres em Belo Horizonte e ao consumo no complexo Disneyworld. Atualmente estágiosa na grande área de patrimônio cultural.